

Direção-Geral dos Serviços Prisionais

Declaração de retificação n.º 965/2012

Por ter saído com inexatidão o despacho (extrato) n.º 6434/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 94, de 15 de maio de 2012, relativo à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com Joaquim Jorge de Oliveira Teixeira, retifica-se que onde se lê «com efeitos a 21 de março de 2011» deve ler-se «com efeitos a 21 de março de 2012».

28 de maio de 2012. — A Subdiretora-Geral, *Julietta Nunes*.
206271703

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO

Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Despacho n.º 10185/2012

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como técnico especialista a mestre Clara Lúcia Guerra dos Santos, técnica superior da Direção-Geral das Atividades Económicas, do Ministério da Economia e do Emprego, para realizar estudos e trabalhos técnicos no âmbito das respetivas habilitações e qualificações profissionais no meu Gabinete.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório da designada é o dos adjuntos.

3 — Nos termos do disposto nos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do mencionado decreto-lei, o montante da remuneração correspondente à situação de origem é assegurado pela Direção-Geral das Atividades Económicas, do Ministério da Economia e do Emprego, sendo o remanescente suportado pelo orçamento do meu Gabinete.

4 — Nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a designada fica autorizada a exercer atividades de docência e investigação em instituições do ensino superior.

5 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 12 de junho de 2012.

6 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

17 de julho de 2012. — O Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Sérgio Paulo Lopes da Silva Monteiro*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Clara Lúcia Guerra dos Santos;
Data de nascimento: 6 de dezembro de 1979.

2 — Habilitações académicas/profissionais:

a) Frequência do curso de doutoramento em Ciências Jurídico-Internacionais e Europeias, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL);

b) Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais, pela FDUL;

c) Pós-graduação em Ciências Jurídico-Administrativas, pela FDUL;

d) Licenciatura em Direito (vertente ciências jurídicas), pela FDUL.

3 — Funções anteriores:

a) Técnica superior da Divisão das Relações Económicas Externas da Direção-Geral das Atividades Económicas, do Ministério da Economia e do Emprego;

b) Chefe da Divisão Jurídica, em substituição, da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, da Presidência do Conselho de Ministros;

c) Técnica superior do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, do Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP);

d) Assessora jurídica da extinta Direção-Geral dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais (DGAERI), do MFAP;

e) Frequência de estágio em Direito Comunitário, na Direção de Serviços de Legislação Comunitária, da extinta DGAERI, do MFAP, no âmbito do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública;

f) Frequência de estágio e exercício da advocacia na Sociedade de Advogados Correia, Galante, Lopes, Roque e Associados (atualmente, Correia, Seara, Caldas e Associados, Sociedade de Advogados, RL).

4 — Outras atividades profissionais:

a) Representante do Gabinete da Secretária de Estado da Igualdade junto das reuniões deliberativas da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego;

b) Agente da República Portuguesa em diversos processos contenciosos, junto do Tribunal de Justiça da União Europeia;

c) Coordenadora do Grupo de Trabalho Interministerial para redação de mecanismo compensatório em caso de perturbação da livre circulação de pessoas e mercadorias, criado pelo Despacho Conjunto n.º 19699/2008, de 24 de julho;

d) Ponto focal dentro do MFAP responsável pela recolha e tratamento da informação tendo em vista a elaboração de diversos relatórios nacionais a apresentar aos Comitês das Nações Unidas, no âmbito de instrumentos convencionais sobre direitos humanos;

e) Colaboradora do Observatório de Direitos Humanos, na qualidade de relatora;

f) Participação em reuniões do Grupo de Trabalho do Conselho da União Europeia *Relex/Sanções*, em Bruxelas, em representação do Ministério das Finanças;

g) Coordenação da atividade de transposição de diretivas no âmbito das atribuições do MFAP;

h) Ponto de contacto do Ministério das Finanças para a transposição da Diretiva de Serviços para a ordem jurídica portuguesa.

5 — Formação profissional complementar:

a) Curso de Direito Comercial e Direito Internacional, organizado pelo Fórum Macau e ministrado na Região Administrativa Especial de Macau e em Shenzhen, na China;

b) Diploma di Diritto Comparato, curso especializado em Direito Europeu e Direito Comparado, ministrado pela Facoltà di Giurisprudenza d'Urbino, em Itália;

c) Cursos de inglês e francês jurídico;

d) Frequência de diversos cursos, seminários e conferências na área do Direito.

6 — Publicações:

a) «Conformidade com o Princípio Comunitário do Direito de Defesa do prazo de audição prévia do contribuinte previsto na legislação portuguesa» (Anotação ao acórdão do TJCE de 18 de Dezembro de 2008, processo C-349/07, caso Sopropé — Organizações de Calçado, L.^{da}), disponível no seguinte sítio da Internet: < <http://www.gpeari.min-financas.pt> >;

b) Redação de diversos artigos, de cariz jurídico, na revista «Notícias», editada pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

206272076

Autoridade para as Condições de Trabalho

Listagem n.º 72/2012

Em cumprimento do disposto na Lei n.º 26/94, de 19 de agosto, publica-se as subvenções concedidas pela Autoridade para as Condições de Trabalho nos anos de 2012:

Entidade decisora	Entidade beneficiária	Montante transferido (em euros)	Data da decisão
IGT (inspector geral do trabalho).	Hativar	30 000	28-1-2012
IGT	Petrica Editores, L. ^{da}	2 117,15 2 117,15	7-5-2012 7-5-2012

20 de julho de 2012. — O Inspector-Geral do Trabalho, *José Luís Pereira Forte*.

206272879

Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa

Aviso n.º 10207/2012

Alteração de percurso de carreira

Por despacho de 9 de julho de 2012, do Presidente do Conselho Executivo da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, no âmbito